MEMÓRIAS DE MULHERES MILITANTES DA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR)

Nicole Maria Babugia Pinto (PIBIC/CNPq-Fundação Araucária-UEM), Angelo Aparecido Priori (Orientador), e-mail: angelopriori@uem.br.
Universidade Estadual de Maringá/ Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/ Maringá, PR.

História- História do Brasil- História do Brasil República

Palavras-chave: mulheres; luta armada; Vanguarda Popular Revolucionária.

Resumo

O objetivo desta pesquisa é apresentar uma reflexão sobre a atuação de mulheres militantes na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), através do depoimento que nove mulheres, militantes dessa organização, concederam à Comissão Nacional da Verdade (CNV), entre os anos de 2012 e 2014. O foco especificamente é analisar qual era o papel dessas mulheres dentro da VPR, de quais ações elas participavam, e também compreender como a militância afetou suas vidas.

Introdução

A Vanguarda Popular Revolucionária, mais conhecida como VPR, foi uma organização de carácter armado que surgiu em 1968 da união de participantes remanescentes do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), com dissidentes da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), durante o contexto da ditadura militar brasileira.
De acordo com Carla Luciana Silva (2021), a estratégia desenvolvida pela VPR, em meio a essa conjuntura, sempre esteve permeada pelo dilema entre luta armada e conscientização de massas. De um lado, a luta armada com base no foquismo, ou seja, o desenvolvimento de colunas guerrilheiras nas áreas rurais cercando as cidades, do outro, as políticas de conscientização das massas, que tinham por objetivo desenvolver a importância da luta revolucionária na mentalidade dos/as trabalhadores/as e assim obter apoio da população urbana.
Mesmo que, no decorrer da história da VPR, ainda tenham existido movimentos de mobilização de massas, principalmente durante as greves de Osasco e Contagem, como defende Carla Luciana Silva (2021), a organização desenvolveu, e acabou ficando mais conhecida, pela sua atuação na luta armada. Nesse sentido, essa pesquisa teve como objetivo analisar qual era o papel das mulheres militantes dentro dessa organização de carácter armado, uma vez que, conforme Marta de Oliveira Rovai (2013), o imaginário acerca de quem participava da guerrilha é majoritariamente masculino.

Materiais e métodos

As nove mulheres selecionadas, dentro dos depoimentos civis coletados pela Comissão Nacional da Verdade, foram: Vera Vani Alves de Pinho, Marlene de Souza Soccas, Ana Maria Gomes, Lucia Velloso Mauricio, Marilia Carvalho Guimarães, Eva Tereza Skazufka, Zenaide Machado de Oliveira, Damaris Lucena e Dulce Maia Souza.

Para compreender o papel dessas mulheres na organização, é preciso entender que as diferenças entre os sexos foram hierarquizadas dentro da sociedade e passaram a ser assimiladas como algo natural da composição feminina e masculina. Assim, conforme Ana Maria Colling (2004), para as mulheres delimitava-se o espaço privado, do lar, enquanto aos homens era destinado o espaço público e político. As militantes, que fugiam a hierarquização, ousando adentrar no espaço público acabavam sendo rotuladas de mulheres públicas, pertencentes a todos, sem prestígio algum.

Nesta perspectiva, homens e mulheres foram atingidos conforme a categoria de gênero da sociedade, para a repressão, as mulheres eram rotuladas como Putas Comunistas, sendo consideradas duplamente desviantes: ao mesmo tempo em que combatiam a ditatura, desviam do papel de mãe, esposa e submissa, características “naturais” do ser feminino (COLLING, 2004). Isso não significa, porém, que por serem tidas como o “sexo frágil” as torturas foram brandas, pelo contrário, a violência se intensificou já que teriam “agido ‘como machos’ ao pegarem em armas” (COLLING, 2004).

Dessa forma, as violências buscavam atingi-las no que as caracterizavam como mulheres por meio de cortes nos seios e choques na vagina, ameaças contra seus seus/as filhos/as, como forma de atingi-las como mães, tortura, seja física ou sexual, na frente do companheiro como forma de violar a honra masculina, e violações sexuais e estupros contra o corpo feminino.

Como evidenciou Olivia Rangel Joffily (2010), para aquelas que resistiam ao processo de tortura, os torturadores designavam o rótulo de frias, duras, não eram sensíveis, frágeis, não eram mulheres. De acordo com Ana Maria Colling (2004), o movimento de “assexualização”, ou seja, de renegarem o que era típico do sexo feminino, acabou sendo incorporado pelas mulheres militantes dentro das organizações, elas passaram a negar a sua sexualidade feminina em prol de valores considerados guerrilheiros, como por exemplo, não ter filhos/as e não manter relações afetivas (ROVAI, 2013).

Para além da perspectiva de gênero, buscamos analisar os depoimentos das mulheres como narrativas resultantes de um trauma. De acordo com Márcio Seligmann-Silva (2008), a narrativa da memória traumática é essencial para se romper a barreira que separa o sobrevivente do ouvinte, barreira construída no momento em que a situação vivida é tão extrema a ponto de que o próprio/a narrador/a se questiona se o/a ouvinte vai acreditar na narrativa. Assim como, contribui para entender o contexto de exceção em que esses relatos estão inseridos, uma vez que a memória individual e a memória coletiva se entrecruzam.

Resultados e discussões

Ao todo de 2012 até o ano de 2014 foram ouvidas, como vítimas civis, 116 mulheres e 121 homens. Como o foco da Comissão Nacional da Verdade era relatar as violações de direitos humanos, os depoimentos se centralizaram bastante no relato sobre a prisão e a violência que essas mulheres sofreram.

Tanto Vera Vani Alves de Pinho, Marlene de Souza Soccas, Lucia Velloso Mauricio, como Eva Tereza Skazufka, não perceberam a importância da sua militância ou davam mais atenção a história de pessoas e familiares que elas conheceram. Como por exemplo, Vera Vani dá mais atenção a militância dos pais e da irmã, como também Marlene Soccas dá bastante ênfase na história de Paulo Wright, que havia sido seu namorado, por vezes considerando sua história quase como insignificante em meio as narrativas de torturas de outros/as presos/as. Assim como, muitas apresentaram dificuldade de falar e lembrar-se de detalhes específicos, como por exemplo, nomes de companheiros/as, aspectos físicos da prisão, datas exatas em que foram presas, entre outros.

Além disso, conforme salientou Carla Luciana Silva (2021), a atuação das mulheres dentro da organização tinha como foco criar uma fachada de legalidade, como podemos observar nos exemplos de Marília Carvalho Guimarães, ao expor que elas poderiam levantar informações, mas não fazer parte das ações armadas, sendo insuspeitas por agirem no que se definia como mulher (ROVAI, 2013). Mas também, Silva indica a existência de algumas mulheres na liderança do movimento como Maria do Carmo Brito e Inês Etienne Romeu, porém, a autora reitera que não se deve atribuir à VPR algum status por 'permitir mulheres no comando', indicando que isso não seria um avanço em relação a alguma posição feminista da organização.

Outra questão a ser levantada é sobre as escolhas que as mulheres tiveram que se confrontar durante a sua militância ao escolher entrar para a organização, como por exemplo, ter filhos/as. Assim, algumas, como Ana Maria, optavam conscientemente por não ter filhos/as para que esses/as, se a situação viesse a ocorrer, não chegassem a sofrer algum tipo de ameaça em meio ao contexto de repressão. Por outro lado, algumas organizações, como também relata Ana Maria Gomes em seu depoimento, impunham essas escolhas às mulheres. No caso das mulheres analisadas, nenhuma foi obrigada, diretamente, pela organização a ter ou não ter filhos/as, mas podemos observar como foi o caso de Ana Maria Gomes e de Dulce Maia, que elas foram influenciadas pela sua militância em optar por não ter filhos/as.

Com relação à militância, também podemos observar certos momentos pelos quais a organização passava dentro desses depoimentos, principalmente durante o momento final da VPR com as quedas em sequência e o exílio dos/as militantes. Um caso que chamou a nossa atenção é o de Eva Tereza Skazufka, ela não queria deixar o país, mas não foi consultada sobre o assunto, quem escolheu foi seu companheiro militante. Assim, mesmo sendo militante, podemos ressaltar que a hierarquia de gênero permeava as relações dentro da organização, quando, antes de ser militante, Eva passa a ser mulher de militante nas tomadas de decisões.

Considerações finais

Assim, apesar de o imaginário que envolve organizações armadas até hoje tenha como centro a história de homens, existiram mulheres que militaram nessas organizações, colhendo informações, despistando agentes de repressão por meio de elementos tidos como tipicamente femininos, assim como, existiram aquelas que através de muita luta conseguiram chegar até os altos cargos dentro da organização (ROVAI, 2013).
Revisitar a atuação dessas mulheres, em um período que nesses últimos anos tem sido constantemente alvo de debates e insinuações, se torna fundamental, uma vez que, como trabalhado neste projeto, a memória que elas relataram faz parte da memória coletiva da sociedade brasileira, narrativas que não podem ser perdidas.

Agradecimentos

Agradeço em especial a Fundação Araucária em conjunto com o CNPq, que concedeu financiamento para a produção desta pesquisa, e também o meu orientador, o professor Angelo Priori, pela oportunidade.

Referências

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. **Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra**. Coimbra, 2004.

JOFFILY, Olivia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p.225-245.

ROVAI, Marta de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-1984). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, p. 108-132, jul./dez.2013.

SILVA, Carla Luciana. **A revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma- A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **PSIC. CLIN,** Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.65 – 82, 2008.